

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITOS HUMANOS								
DOCENTE	MICHAEL FREITAS MOHALLEM								
CÓDIGO	GRDDIR032	SEMESTRE	2021.1	PERÍODO	5º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA		Introdução aos Direitos Humanos; Liberdade e autonomia individual; Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos e o Sistema Global de proteção; Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos; Sistemas europeu, africano e americano; Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos; Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Direitos Cíveis e Políticos; Sociedade Civil e Direitos Humanos; A Liberdade de religião e direito ao estado laico; Discriminação Racial; Discriminação e Violência de Gênero; Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero; Criança e adolescente; Direito Humanitário; Refugiados; A incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com a Convenção Americana de Direitos Humanos; Direitos humanos e violência urbana; Homicídios, tráfico e superencarceramento; Trabalho escravo; Direitos Humanos e Empresas; Privacidade e proteção de dados pessoais; Povos indígenas e tribais; Direito ao desenvolvimento e ao meio ambiente
OBJETIVOS		O curso tem como principal objetivo preparar os estudantes para compreender as mais importantes tendências, dilemas e princípios do desenvolvimento dos direitos humanos na esfera internacional, regional e nacional. Além disso, os debates no curso buscarão incentivar os alunos a refletir criticamente sobre os direitos humanos no nível teórico e em relação a sua aplicação cotidiana por tribunais e demais órgãos de estado. Ao final do curso, os estudantes deverão reconhecer e distinguir os principais sistemas, instituições e tratados internacionais de direitos humanos, avaliar criticamente a eficácia do direito internacional dos direitos humanos além de ser capazes de construir argumentos jurídicos para casos e contextos práticos em que haja violação de direitos humanos.
METODOLOGIA		O curso oferecerá espaço para o desenvolvimento do conhecimento tanto em sala de aula, por meio dos debates sobre as leituras e sobre os acontecimentos reais que envolvem aspectos jurídicos e políticos dos direitos humanos, quanto pelo aprendizado orientado pelas leituras semanais e atividades de pesquisa que formam o curso de direitos humanos. A metodologia participativa será adotada e as leituras obrigatórias serão esperadas para o aprofundamento das discussões. A cada tema serão discutidas as visões doutrinárias e decisões jurisdicionais pertinentes bem como a análise crítica dos tratados internacionais de direitos humanos e eventual ausência de direitos positivados na esfera internacional e doméstica.
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
	Outras:	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1	Aula 1: Introdução aos Direitos Humanos	
2	Aula 2: Os limites do Estado: liberdade e autonomia individual	
3	Aula 3: Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos e o Sistema Global de proteção	
4	Aula 4: Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos — introdução aos sistemas europeu, africano e americano	

5	Aula 5: Sistema Interamericano — a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos
6	Aula 6: Sistema Interamericano — a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos
7	Aula 7: Direitos Econômicos Sociais e Culturais
8	Aula 8: Direitos Econômicos Sociais e Culturais
9	Aula 9: Direitos Cíveis e Políticos
10	Aula 10: Direitos Cíveis e Políticos
11	Aula 11: Liberdade de religião e direito ao estado laico
12	Aula 12: Discriminação Racial
13	Elaboração Matriz de Negociação Multimode, INC.
14	Aula 13: Discriminação e Violência de Gênero
15	Aula 14: Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero
16	Aula 15: Criança e adolescente
17	Aula 16: Direito Humanitário
18	Aula 17: Refugiados
19	Aula 18: A incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com a Convenção Americana de Direitos Humanos
20	Aula 19: Direitos humanos e violência urbana
21	Aula 20: Trabalho escravo
22	Aula 21: Direitos Humanos e Empresas
23	Aula 22: Privacidade e proteção de dados pessoais
24	Aula 23: Povos indígenas e tribais
25	Aula 24: Direito ao desenvolvimento e ao meio ambiente
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Haverá três atividades avaliadas. (1) Artigo (40% da nota total do semestre): a elaboração do artigo tem como objetivo avaliar as capacidades de crítica e de criação (originalidade). O exercício exigirá que se identifiquem deficiências normativas, falhas de aplicação do direito internacional por parte dos tribunais ou outras demandas de maior proteção do sistema internacional de direitos humanos. O artigo deverá a) explicar faticamente o problema (dados, casos, etc); b) mudança proposta (novo tratado? novo artigo? novo sistema?) e seu impacto; e c) procedimento para concretizar a medida; O prazo de entrega será no final de semana anterior à semana na qual haverá a aula sobre o tema escolhido pelo aluno. O artigo deverá ter entre 1.500 e 2.000 palavras. Preparem o artigo considerando a possibilidade de publicação em revistas, jornais ou sites especializados. (2) Respostas e reflexões no mapa mental em sala de aula (10% da nota total do semestre): o mapa mental trará questões, comentários e casos para guiar as discussões, cujos resultados ou principais pontos serão lançados pelos alunos na plataforma. Cada grupo se encarregará de fazer seus lançamentos. Ao fim deste período de debates em pequenos grupos, o mapa será exposto no projetor da sala de aula e o professor iniciará as provocações aos alunos sobre os conteúdos colocados. (3) Prova com questões abertas ou take home exam (50% da nota total do semestre): a prova será elaborada de forma que seja avaliada a capacidade de articular os tratados de direitos humanos, os principais conceitos e a capacidade argumentativa no campo dos direitos humanos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	O curso não seguirá um único livro, manual ou apostila. O roteiro indicará leituras obrigatórias e facultativas para cada aula. Algumas leituras serão em inglês. O curso está organizado na plataforma ECLASS FGV (https://eclass.fgv.br). As leituras para cada aula serão disponibilizadas com antecedência, haverá sugestões de leituras e atividades complementares, bem como sugestões de filmes e sites relevantes para os temas estudados. RAMOS, André. Curso de direitos humanos. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2021. SHELTON, Dinah. The Oxford Handbook of International Human Rights Law. OUP: Oxford, 2015. CAVALLARO, James L. (et al.) Doctrine, Practice, and Advocacy in the Inter-American Human Rights System. OUP: USA, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional de direitos humanos. Vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003. TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional de direitos humanos. Vol. II. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1999-2003. TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Volume 111. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1999-2003. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva 2018. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva. 2010
--------------------------------------	--